



AMATRA

INFORMA



Amatra1 participa de atos em defesa da Justiça do Trabalho

Magistrados se reúnem no 7º Fórum de Gestão Judiciária



Colegas,

Os meses de março e abril foram de acontecimentos intensos e muito trabalho.

Atravessamos tempos difíceis. Resistir é nossa palavra de ordem diante dos constantes ataques a nossa Justiça do Trabalho.

A Amatra1 vem, incansavelmente, travando essa batalha de resistência, presente no Congresso mas também no Rio de Janeiro, por meio dos muitos atos que temos organizado com parceiros. Em dois meses, participamos de três atos contra as reformas em curso no Congresso e em prol da existência da Justiça do Trabalho. Outros virão. Portanto, o momento agora é de união de magistrados, servidores e advogados em prol de uma causa que é de todos nós.

Participamos do 7º Fórum de Gestão Judiciária, onde pudemos, oportunamente, debater

os desafios e rumos da Justiça do Trabalho.

Mas foi com profunda tristeza que, em meio a um momento tão crítico, nos despedimos, no mês de abril, de três excepcionais profissionais e colegas. Christovão Piragibe Tostes Malta é uma figura que jamais será esquecida na história da Justiça do Trabalho por toda a valiosa contribuição e ensinamentos que nos deixou. Também permanecerão em nossa memória as queridas Ana Rita Lugon e Patrícia Pellegrini que já estão fazendo falta nesse momento de luta. Nós, da Amatra1, oferecemos novamente às famílias condolências por tão dolorosas perdas. Nas páginas a seguir, confirmamos os destaques destes meses de lutas e despedidas.

Boa leitura!

Cléa Couto

Presidente da Amatra1

O princípio do fim

Há 24 anos exatamente, tomei posse como juiz do Trabalho. Mas não há qualquer motivo para comemorar. Dias difíceis. No curto período de dois dias, perdi duas colegas admiráveis. Patrícia Pellegrini, colega de concurso, bonita, sorridente, radiante, saiu de cena, muito rápido, muito cedo e muito jovem e Ana Rita, poetisa, guerreira, lutadora, também jovem, mas só vencida depois de muita luta. Emocionaram a todos com sua partida.

No dia 26 de abril, o Direito do Trabalho, com seus princípios e normas de proteção do mais fraco na relação contratual, foi posto a respirar por aparelhos. Não demorará a ir embora. Foi derrubado por um Congresso ilegítimo, a partir de proposta de um governo também ilegítimo. Ambos, Congresso e governo, afundados em acusações, investigações e denúncias e que acham que podem, de forma açodada, impor reformas que mexem apenas com o extrato mais baixo da população, ampliando a miséria e a desigualdade.

Eu sei que você vai dizer que o governo é resultado da coalisão que levou Dilma ao poder e afastada a presidente, o vice exerce, constitucionalmente, seu lugar. Ou que o Congresso é fruto da eleição democrática. Mas aí você estará confundindo legalidade com legitimidade. Nem vou entrar no mérito do procedimento que levou ao afastamento da presidente, mas basta ver que, nas urnas, essas propostas nunca foram vitoriosas. É a imposição da pauta derrotada em 2014. Daí sua ilegitimidade.

Mas não é só pelas mãos de congressistas e governo que o Direito do Trabalho fenece. Há mãos togadas banhadas de sangue com sua morte. Mãos que, ao contrário de toda uma geração que via o Direito do Trabalho como fator de equilíbrio e redutor de desigualdades, como instrumento de avanço social e civilizatório, hoje o opera pelo interesse remuneratório, porque foi o concurso que deu pra passar. Mãos que nunca, antes, conheceram

o mundo do trabalho, matéria prima de suas decisões. Mãos que só reconhecem direitos se forem os seus. Essas vêm matando o Direito do Trabalho diariamente, todos os dias, a cada minuto. A reforma é a sua obra-prima. Literalmente "assinam abaixo".

Há ainda outras mãos, graúdas e togadas, manchadas de sangue. Mãos que se afirmam cristãs, mas que esquecem, de forma deliberada, um dos maiores dogmas da cristandade, o do amor e compaixão pelos mais pobres e necessitados. Auxiliadas por outras togas, essas claramente conspurcadas pelos que as usam, já que, na verdade, nunca tiveram um mínimo de amor pelo Direito do Trabalho e seus princípios. Togas que se colocam a serviço do mais forte, que escrevem e orientam como devem fazer para burlar a lei ou reduzir eventuais condenações. Togas que afirmam, em discurso obscuro e que parecia fadado aos limites de uma conversa irresponsável de bar, que a culpa é da vítima. Togas cujas ligações com empresários são até mesmo carnisais. Literalmente.

Mesmo acreditando, como acredito, tratar-se de uma minoria, no dia 26, ela se sobrepôs à maioria e ainda se arroga na condição de representante da Justiça do Trabalho ou dos juizes. Não é. Não enxerga que tudo isso é o princípio do seu próprio fim. Mas talvez não se preocupem com isso porque acham que serão aproveitados em outros ramos. Nada garante isso. As votações em regime de urgência estão aí para comprovar que nenhum direito está preservado.

Enfim, não há o que comemorar. Só tristeza, e uma sensação de que uma parte de mim também respira por aparelhos.

Cláudio José Montesso

Juiz Titular da 2ª Vara de Petrópolis

EXPEDIENTE

Informativo da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região

Diretoria Amatra1

Presidente| Cléa Maria Carvalho do Couto

1º Vice-Presidente| Ronaldo da Silva Callado

2º Vice-Presidente| Cláudio Olímpio Lemos de Carvalho

Secretário Geral| Lila Carolina Mota Pessoa Igrejas Lopes

1º Diretor Financeiro| Fernando Reis de Abreu

2º Diretor Financeiro| Paulo Rogério dos Santos

1º Diretor Cultural| Anelise Haase de Miranda

2º Diretor Cultural| Luciana Muniz Vanoni

Diretor de Imprensa e Comunicação|

Leonardo Almeida Cavalcanti

Diretor Social| Adriana Freitas de Aguiar

Diretor Administrativo e de patrimônio|

Jorge Orlando Sereno Ramos

1º Diretor de Prerrogativas e Direitos|

Raquel de Oliveira Maciel

2º Diretor de Prerrogativas e Direitos|

Patrícia Lampert Gomes

Diretor de Aposentados e Pensionistas|

Gloria Regina Ferreira Mello

1ª Diretora de Cidadania e Direitos Humanos|

Roberta Ferme Sivolella

2ª Diretora de Cidadania e Direitos Humanos|

Daniela Valle da Rocha Müller

Projeto Gráfico e Diagramação| Wagner Paula

Redação| Joana Ferreira



Reunião I



No dia 9 de março, a presidente Cléa Couto, juntamente com o vice-presidente Ronaldo Callado, participaram de reunião com demais entidades para debater ações de combate à Reforma da Previdência, na sede da Associação.

Participou da reunião o presidente da ACAT (Associação Carioca de Advogados Trabalhistas), André Luiz Vasserstein; o presidente e o diretor do SISEJUFÉ (Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro), Valter Nogueira e Amauri Pinheiro; a vice-presidente da Comissão de Direito Previdenciário e a representante da Comissão da Justiça do Trabalho da OAB-RJ; Ana Lúcia Vianna de Oliveira e Clarissa Costa; e o diretor de Assuntos Legislativos da AMPERJ (Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro), Marcus Leal.



Nova juíza Titular

Em sessão ordinária, realizada no dia 16 de março, o Órgão Especial ratificou a posse da juíza Raquel Pereira de Farias Moreira no cargo de juíza Titular. Promovida pelo critério de antiguidade, a magistrada assume a titularidade da 2ª Vara do Trabalho de Campos dos Goytacazes.

Em sua fala, o vice-presidente Ronaldo Callado desejou sorte à empossada, destacando as novas responsabilidades e desafios que a magistrada terá pela frente como Titular.

Posse I

No dia 13 de março, o vice-presidente da Amatra1, Ronaldo Callado, e o membro do Conselho Editorial da Associação, Fábio Soares, prestigiaram a posse da juíza do Trabalho Substituta Carolina Ferreira Tervizani. A juíza assume o cargo no TRT/RJ, em vaga recorrente de remoção, por permuta triangular.

A solenidade aconteceu no Salão Nobre do Tribunal e foi conduzida pelo novo presidente, desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva. Familiares e amigos da empossada estiveram presentes.



Condecoração

O Órgão Especial do dia 16 de março também condecorou a juíza Fernanda Stipp com a comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho do TRT/RJ (grau comendador), referente à solenidade de 2016, à qual a magistrada não pôde comparecer.



Posse II

O vice-presidente Ronaldo Callado e a membro do Conselho Editorial Adriana Leandro prestigiaram a posse do juiz do Trabalho Substituto Marcelo Rodrigues Lanzana Ferreira, oriundo do TRT da 16ª Região

A cerimônia aconteceu no Salão Nobre do TRT/RJ, no dia 24 de março.



Passeio



A Diretoria de Aposentados e Pensionistas promoveu, no dia 23 de março, uma visita ao Sítio Burle Marx aos associados.

Depois de aproveitarem o passeio, todos puderam desfrutar ainda de um agradável almoço no restaurante Bira de Guaratiba, especializado em frutos do mar.

Debate

O membro do Conselho Editorial da Amatra1, Fábio Soares, participou como convidado, no dia 20 de março, de encontro no Instituto Brasileiro de Economia da FGV (IBRE). O juiz falou sobre reforma trabalhista e terceirização. Também esteve presente, na mesa de debate, o advogado Luiz Guilherme Migliora.



Reunião II

No dia 20 de março, a Amatra1 recebeu, em sua sede, representantes das associações que compõem a Frentas-Rio para traçar estratégias de atuação no Legislativo.

O vice-presidente Ronaldo Callado debateu com os demais representantes as Propostas de Emenda à Constituição 62/15 (desvinculação do subsídio de ministros do STF), 63/16 (extrateto) e 287/2016 (Reforma da Previdência).

Estiveram presentes Fabrício Fernandes (AJUFERJES), Eduardo Brandão Fernandes (AJUFE), Luciano Matos (AMPERJ), Ailton Silva (AMPM) e Renata Gil (AMAERJ).



Resolução 59/2014 (24/03)

Em sessão do dia 24 de março do CSJT, que versou sobre a Resolução 59/2014 do TRT/RJ, decidiu-se por 6 votos a 4 pela manutenção da Resolução que cria a função de secretário especializado de juiz substituto

A presidente Cléa Couto e o vice-presidente Ronaldo Callado representaram a Amatra1 na sessão, que também contou com a presença do diretor José Dantas e dos colegas Filipe Passos, Gláucia Gomes, Livia Siciliano e Natália Medeiros.



Seminário

Preocupada com a qualidade de vida de seus associados, a Amatra1 promoveu, no dia 17 de março, o seminário Saúde em Foco.

O dia foi dedicado a palestras sobre o tema e serviços.

Os associados foram atendidos pelo osteopata João Bosco Fonseca que também ministrou palestra sobre sua especialidade.

Em seguida, o diretor da MEDRIO Check-up, Dr Gilberto Ururary, falou sobre estresse profissional e qualidade de vida.

O dia se encerrou com uma sessão de massagem Shiatsu Express com a massoterapeuta Orlanda Souza.

Happy Hour

Associados reuniram-se para um happy hour, no dia 30 de março, após o Fórum de Gestão.

A confraternização aconteceu no restaurante N6 do Hotel Prodigy, no aeroporto Santos Dumont e contou com a presença do então candidato à presidência da Anamatra, Guilherme Feliciano.



Nova desembargadora

A presidente Cléa Couto prestigiou a ratificação de posse da desembargadora Carina Rodrigues Bicalho, no Plenário Délio Maranhão do TRT/RJ, no dia 24 de abril, durante sessão do Órgão Especial. A cerimônia foi conduzida pelo presidente do Tribunal, desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva, e contou com a presença de magistrados, familiares e amigos da empossada.

Em sua fala, a presidente da Amatra1 destacou a responsabilidade da magistrada que chega ao Tribunal em atual momento de crise.

Procuradora do Trabalho, Carina Rodrigues Bicalho assumiu o cargo em decorrência da aposentadoria do desembargador Nelson Tomaz Braga, ocupando vaga do quinto constitucional reservada ao Ministério Público do Trabalho.



Palestra



Por ocasião do Dia do Trabalho, a Amatra1 promoveu um debate sobre novas plataformas de trabalho, no dia 27 de abril, em sua sede. O objetivo do encontro foi discutir os desafios dos institutos tradicionais do Direito do Trabalho diante do novo modelo capitalista de organização produtiva.

O Procurador do Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro, Rodrigo Carelli, abriu o evento com uma palestra sobre uberização das relações do trabalho. Carelli iniciou sua exposição traçando um panorama histórico das técnicas de apropriação do trabalho alheio, passando pela Idade Média até os dias de hoje, debatendo o atual papel das tecnologias na distribuição de tarefas.

A palestra foi seguida de debate.

Posse III

A presidente Cléa Couto compareceu à cerimônia de posse do juiz Substituto Guilherme da Silva Gonçalves Cerqueira, no dia 28 de abril, no gabinete da presidência do TRT/RJ.

O juiz, egresso do TRT/RS, assume o cargo no TRT/RJ por meio de remoção por permuta.



AMATRA NA MÍDIA

- O vice-presidente da Amatra1, Ronaldo Callado, falou à Agência Brasil sobre crise e desemprego, no dia 22 de fevereiro. Já no dia 31 de março, o vice-presidente concedeu uma entrevista especial para o programa Fala Baixada, da CNT. Na oportunidade, o magistrado falou sobre a terceirização, os ataques à Justiça do Trabalho e também sobre a atuação da Amatra1.

- A presidente da Amatra1, Cléa Couto, concedeu entrevista à Folha Dirigida, em matéria veiculada dia 14 de março, falando sobre as declarações recentes do deputado Rodrigo Maia contra a Justiça do Trabalho e concursos para Tribunais do Trabalho.

- A diretora de cidadania e direitos humanos da Amatra1, Daniela Müller, participou do programa Sintonia Nacional, da Rádio Nacional Rio, no dia 20 de março, para debater desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Durante os meses de março e abril, representantes da Amatra1 falaram sobre o projeto de terceirização em curso no Congresso para diversos veículos.

- O 2º vice-presidente da Amatra1, Cláudio Olímpio, falou, no dia 23 de março, sobre a aprovação do projeto de terceirização à Rádio CBN Rio.

- Já o juiz Fábio Soares discutiu o tema no dia 27 de março, na Rádio Nacional e no dia 4 de abril, participou de debate no programa Sem censura, da TV Brasil. No dia 20 de abril, o juiz concedeu entrevista sobre reforma trabalhista para o Jornal CNT.

- No dia 27 de março, a diretora Daniela Müller também falou sobre terceirização para a Rádio MEC.

Todas as entrevistas estão disponíveis no site da Associação na seção "Amatra na mídia".

Seminário discute Flexibilização e Terceirização no Mercado de Trabalho

Da esquerda para a direita: o diretor do IBRE/FGV, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira; o membro do Conselho Editorial da Amatra1, Fábio Soares; e o diretor da Ejud, desembargador Marcelo Augusto Souto de Oliveira.



A Amatra1 e a Ejud, juntamente com a FGV, representada pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), pela Escola de Direito do Rio de Janeiro (Direito Rio) e pela Escola de Economia de São Paulo (EESP), realizaram, no dia 24 de março, o seminário "O Direito do Trabalho e a Crise Econômica: Flexibilização e Terceirização no Mercado de Trabalho".

O objetivo do evento foi debater os aspectos legais e socioeconômicos das propostas de flexibilização da legislação trabalhista encaminhada pelo governo e de terceirização da mão de obra no país.

Representando a Amatra1, o membro do Conselho Editorial da Associação, Fábio Soares, abriu o evento. "Este seminário vem em um momento muito propício já que tivemos, recentemente, a aprovação de um

projeto de lei sobre o trabalho temporário e a terceirização. Este é um projeto que já causa discussão no âmbito jurídico, em decorrência de suas interpretações. Me parece, portanto, que esta lei já começa pecando pela falta de segurança jurídica", alertou o magistrado.

Os painéis trouxeram um tratamento multidisciplinar do tema, combinando visões de magistrados, advogados, empresários, sindicalistas e economistas acerca das mudanças propostas e de seus impactos sobre as relações entre trabalho e capital e de seus efeitos sobre o bem-estar da população.

O seminário apresentou opiniões variadas acerca do tema. Para o juiz André Villela, não é possível flexibilizar as relações de trabalho sem que isto cause uma fragilização e precarização dos direitos. Segundo o magistrado,

os processos na Justiça do Trabalho tendem a aumentar, pois haverá uma maior rotatividade dos trabalhadores nas empresas.

A diretora de cidadania e direitos humanos da Amatra1, Roberta Ferme, também participou de um dos painéis e ressaltou a neces-



A juíza e diretora da Amatra1, Roberta Ferme, participa de mesa de debate

sidade de esclarecer, tanto no projeto aprovado na Câmara como no que segue para o Senado, a definição de atividade-meio e atividade-fim. Para a magistrada, ambos os projetos não apresentam uma solução para a insegurança jurídica sobre a terceirização.

Já o economista Fernando de Holanda Barbosa Filho, da FGV, acredita que a legislação brasileira atual é muito rígida em comparação a de outros países e que a flexibilização garantirá maior competitividade das empresas.

O seminário também contou com a participação de parlamentares, como Alessandro Molon e Hugo Leal. Molon alertou para o retrocesso social e a perda de direitos, enquanto Leal defendeu uma reforma trabalhista, porém criticou o texto aprovado pela Câmara que, segundo ele, mistura contratos temporários e terceirização.

Projeto “De mãos dadas pela cidadania” reúne professores para sensibilização na Amatra1



No dia 31 de março, aconteceu a primeira reunião do semestre com representantes de 28 escolas estaduais que participam do Projeto “De mãos dadas pela cidadania”. O projeto visa à aplicação integrada do Programas Trabalho, Justiça e Cidadania da Anamatra e do MPT nas Escolas, capacitando e sensibilizando os profissionais de ensino para que atuem como multiplicadores no processo de conscientização da sociedade.

A reunião aconteceu na sede da Amatra1 e contou com a participação das coordenadoras regionais do Projeto, Teresa Carelli e Benimar Ramos de Medei-

ros Marins, a diretora da Amatra1 Gloria Mello, a coordenadora nacional do Programa TJC Eliete Telles e representantes do MPT-RJ, SRTE/RJ e Seduc-RJ.

“No semestre passado tivemos um grande avanço, atingindo 80 escolas. Essa interiorização é muito importante, pois leva à formação dos cidadãos, através da conscientização de seus direitos fundamentais”, disse a coordenadora Teresa Carelli.

Benimar Ramos destacou a alegria de observar temas como assédio moral e trabalho infantil serem desenvolvidos pelos jovens de forma tão grandiosa. “Isso é o mais emocionante. A minha su-

gestão é que vocês deixem esses jovens se manifestarem de forma espontânea e eles vão criar a partir destes temas. Nós estaremos presentes como parceiros, dando todo o apoio necessário”.

Já a gestora do projeto pelo MPT-RJ, Luciana Tostes, ressaltou a necessidade de

contato com o ensino médio e elogiou o esforço dos professores no trabalho de resgate dos jovens.

Participaram da reunião diretoras das escolas da capital, São Gonçalo, Niterói e Duque de Caxias.

CONVÊNIOS



Preocupada com o seu bem-estar, a Amatra1 tem se empenhado em conseguir os melhores convênios para lhe oferecer.

Já são mais de 50 convênios firmados, incluindo profissionais de saúde, salões de beleza, clínicas, lojas de roupas, farmácias, escolas, entre outros.

[Acesse aqui](#) a lista atualizada por categoria e usufrua agora mesmo dos benefícios!

Magistrados discutem desafios da Justiça do Trabalho no 7º Fórum de Gestão Judiciária

Da esquerda para a direita: O vice-presidente da Amatra1, Ronaldo Callado; o corregedor do TRT/RJ, desembargador José Nascimento Araújo Netto; o presidente do TRT/RJ, desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva; o diretor da Ejud, desembargador Marcelo Augusto Souto de Oliveira; e o presidente do Comitê de Priorização do 1º Grau, José Mateus Alexandre Romano



Do dia 29 ao dia 31 de março, foi realizado o 7º Fórum de Gestão Judiciária, cujo tema este ano foi “Desvendando os números”. Durante três dias, magistrados do Regional fluminense se dividiram em oficinas e aprovaram proposições, visando a efetividade e otimização da prestação jurisdicional e alocação da força de trabalho no TRT/RJ.

O Fórum foi promovido pelo TRT/RJ, pela Escola Judicial (EJ1) e pelo Comitê de Priorização do 1º Grau, com o apoio da Amatra1.

Na abertura do evento, o diretor da Ejud, desembargador Marcelo Augusto Souto de Oliveira, destacou a urgência em se discutir os números estatísticos e a aplicação destes números na implementação das resoluções 219/2016 do CNJ - que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão

e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus - e 63/2010 do CSJT - que dispõe sobre a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Representando a Amatra1, o vice-presidente Ronaldo Callado corroborou com a fala do desembargador. “Espero que possamos analisar essas resoluções aparentemente antagônicas, pois temos até julho deste ano para encaminhar as estratégias e diretrizes de aplicação ao CNJ”, disse.

Também presente na mesa de abertura, o corregedor do TRT/RJ, desembargador José Nascimento Araújo Netto, destacou o Fórum como um momento de cruzamento de políticas institucionais e de políticas não institucionais que já vêm sendo colocadas em prática por juízes criativos.

O presidente do TRT/RJ, desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva, também aproveitou a ocasião para conclamar todos os magistrados a lutarem contra os ataques recentes sofridos por parte do Legislativo e por outros setores da sociedade.

Palestras



O diretor da FGV Direito Rio, Joaquim Falcão, fala sobre banco de dados

A primeira palestra do dia, “Quantidade e Qualidade: um dilema para o Judiciário”, ficou por conta do diretor da FGV Direito-Rio, Joaquim Falcão. Primeiramente, Falcão apresentou uma visão geral sobre o crescente protagonismo do Poder Judiciário no Brasil e no mundo. “Na medida em que a democracia avança, um poder que antes era mais discreto assume um protagonismo maior. Ao mesmo tempo, a sociedade passa a cobrar mais transparência, participação e eficiência dos tribunais. Isso tudo nos afeta. Com a ascensão das mídias sociais, especialmente, as pessoas querem participar e saber como se dão os processos decisórios”, destacou.

Em seguida, o professor falou sobre a importância dos bancos de dados no processo de ensino e como, cada vez mais, profissionais vêm conciliando suas carreiras no direito com estudos de matemática. Por fim, Falcão apresentou dados atualizados sobre o Judiciário brasileiro.

Fechando a parte da manhã, o conselheiro do CNJ Carlos Oliveira Dias e o presidente do Colégio de Presidentes dos TRTs James Araújo Farias palestraram sobre “Metas, Prioridades e Números: o olhar dos Conselhos”.

Dias debateu o surgimento da Resolução 219 do CNJ, explicando os seus conceitos centrais e eventuais problemas. “É importante que tenhamos em mente que priorizar o Primeiro Grau não é precarizar o Segundo Grau. Quando se fala em prioridade significa que devemos dar uma atenção especialmente prioritária àquele órgão que historicamente não recebe a atenção devida por razões das mais variadas”, explicou.

O conselheiro também salientou que o CNJ está aberto ao diálogo e tem procurado auxiliar os tribunais na implantação das diretrizes da Resolução. “Nós sabemos que essa implantação envolve o rompimento de uma cultura histórica que gerou uma distorção de distribuição de força de trabalho. Mas acredito que o diálogo com os tribunais viabilizará isto da melhor forma possível”.

Já o presidente do Coleprecor destacou as disparidades regionais entre os tribunais e como isso configura um desafio à implantação da Resolução. “O Coleprecor concorda com a priorização do 1º grau. No entanto, observamos que a Resolução 219 criou um antagonismo em algumas regiões devido a Resolução 63 do CSJT. Portanto, ela não é uma roupa que veste todos os tribunais, pois temos realidades regionais muito diferentes”, observou.

A parte da tarde contou ainda com dois painéis temáticos: “Justiça em Números: decodificando as estatísticas” e “TRT/RJ em Números: decodificando nossas estatísticas”.

Propostas aprovadas

O Fórum chegou ao fim com a aprovação de 23 propostas voltadas para a priorização do primeiro grau de jurisdição no TRT/RJ.

As propostas aprovadas, que serão submetidas à apreciação da Administração, trataram de temas que foram objeto de discussão nos grupos de trabalho. Entre elas, a criação de núcleos regionais de conciliação em cada circunscrição com número igual ou superior a três Varas do Trabalho e o cumprimento do leiaute padronizado e com mobiliário ergonômico para todas as unidades judiciárias.

Meses de luta: atos em defesa da Justiça do Trabalho se intensificam



Diante do cenário de constantes ataques à Justiça do Trabalho e da iminência de reformas que ameaçam direitos sociais e trabalhistas, a Amatra1 tem se mobilizado intensamente junto com entidades parceiras na realização de atos públicos de resistência.

Durante os meses de março e abril, o Fórum da Lavradio foi palco de dois atos em defesa da existência da Justiça do Trabalho e contra as reformas trabalhista e previdenciária.

No dia 16 de março, marcado por mobilizações em todo o país contra a reforma da previdência, a Amatra1 organizou, em parceria com a ACAT (Associação Carioca de Advogados Trabalhistas), o SISEJUFÉ (Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro), a Comissão da Justiça do Trabalho da OAB-RJ e a ADICS (Associação dos Diretores e Chefes de Secretarias da Justiça do Trabalho), o primeiro ato público do mês.

Representando a Associação, o vice-presidente Ronaldo Callado alertou que a reforma atinge a todos os trabalhadores e não somente aos servidores públicos ou determinadas ca-

tegorias. “A forma através da qual o governo pretende aprovar essa reforma torna a aposentadoria um direito praticamente inexistente. Não podemos aceitar uma mudança tão drástica. É preciso se mobilizar agora antes que ela seja aprovada. Se depender de nosso esforço, essa situação será revertida”, disse.

Representando a AJUFERJES (Associação dos Juizes Federais do RJ e ES) também compareceu o juiz Fabrício Fernandes de Castro.

Após o ato no Fórum, todos seguiram rumo à Candelária para se unir à manifestação dos trabalhadores.



Já no dia 26 de abril, outro ato no Fórum da Lavradio reuniu magistrados, advogados e servidores públicos em uma grande mobilização.

Em sua fala, a presidente da Amatra1, Cléa Couto, convocou todos à resistência. “Este é um ato de resistência ao ataque da Justiça do Trabalho. É uma falácia dizer que a reforma trabalhista vai gerar empregos. Isso só acontece quando se aquece a economia e não tirando direitos consolidados ao longo de décadas. As reformas trabalhista e previdenciária colocam em situação de risco toda a sociedade e não há legitimidade para se levar adiante tais reformas”, disse.

Na ocasião, a juíza também declarou total apoio à greve geral do dia 28 de abril, convocando todos à adesão.

Além da Amatra1, participaram da organização do ato a ANPT, OAB/RJ, ACAT, SISEJUFÉ e o Sindicato dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro.

Também merece destaque o ato público em defesa da Justiça do Trabalho, realizado no dia 31 de março, em frente ao Prédio-Sede do TRT/RJ. A manifestação aconteceu na mesma data em diversos Tribunais Regionais do país e fez parte do lançamento de uma campanha nacional idealizada pelo Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprec), intitulada “Justiça, nosso trabalho”.



O vice-presidente da Amatra1, Ronaldo Callado

O vice-presidente Amatra1, Ronaldo Callado, lembrou que os ataques à Justiça do Trabalho não são novidade no Brasil. “Na década de 90, conseguimos rebater todas as críticas e saímos ainda mais fortalecidos. Tenho certeza de que o mesmo acontecerá agora”.

Ao falar sobre a reforma trabalhista, o corregedor do TRT/RJ, desembargador José Nascimento Araújo Netto, defendeu que a mesma deveria ser proposta em momento de crescimento econômico e precedida de uma reforma sindical. “Uma reforma trabalhista agora, em plena recessão econômica, com desemprego alto e sindicatos fracos, seria catastrófica para a classe trabalhadora”, explicou.

Em seguida, o presidente da Comissão da Justiça do Trabalho da OAB/RJ, Marcus Vinícius Cordeiro, enfatizou o papel que a Justiça Trabalhista tem no equilíbrio das forças sociais, que são o capital e o trabalho e que, por isso, cumpre um papel tão importante no Brasil. “A Justiça do Trabalho é testemunha do que estão tentando fazer com os direitos trabalhistas”, ressaltou.

O presidente da Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas (Acat), Luiz André Vasserstein, destacou a necessidade prévia de se consultar os diversos setores sociais envolvidos na reforma trabalhista. “Não se faz uma reforma trabalhista sem ouvir os advogados trabalhistas, magistrados e servidores”.

Também marcaram presença no ato representantes da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat), do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e da Associação de Servidores da Justiça do Trabalho da 1ª Região (ASJTRio).



Eleições Anamatra: Conheça a nova diretoria



O novo presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano

O juiz do Trabalho da 15ª Região Guilherme Guimarães Feliciano foi eleito presidente da Anamatra para o biênio 2017-2019. A chapa "Valorização, Identidade e Ação", encabeçada pelo magistrado, recebeu 1.795 votos.

Ao todo, 47,63% dos associados da Anamatra aptos a votar foram às urnas, o que representa um total de 1.941 magistrados trabalhistas. As escolhas foram computadas mediante voto presencial, por sobrecarta ou de maneira eletrônica.

Pela Amatra1, foi eleita a juíza Patrícia Lampert para o cargo de diretora de comunicação social.

Conheça os integrantes da diretoria eleita:

Presidente: Guilherme Guimarães Feliciano (Amatra 15/Campinas e Região)

Vice-presidente: Noemia Garcia Porto (Amatra 10/DF e TO)

Secretária-Geral: Silvana Abramo Margherito Ariano (Amatra 2/SP)

Diretor Administrativo: Valter Souza Pugliesi (Amatra 19/AL)

Diretor Financeiro: Marcelo Rodrigo Carniato (Amatra 13/PB)

Diretora de Comunicação Social: Patrícia Lampert Gomes (Amatra 1/RJ)

Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos: Luiz Antonio Colussi (Amatra 4/RS)

Diretor de Assuntos Legislativos: Paulo da Cunha Boal (Amatra 9/PR)

Diretor de Formação e Cultura: Marco Aurélio Marsiglia Treviso (Amatra 3/MG)

Diretora de Eventos e Convênios: Rosemeire Lopes Fernandes (Amatra 5/BA)

Diretor de Informática: Pedro Tourinho Tupinambá (Amatra 8/PA e AP)

Diretor de Aposentados: Rodnei Doreto Rodrigues (Amatra 24/MS)

Diretora de Cidadania e Direitos Humanos: Luciana Paula Conforti (Amatra 6/PE)

Conselho Fiscal:

Titulares – Luciano Santana Crispim (Amatra 18/GO), Andrea Cristina de Souza Haus Bunn (Amatra 12/SC), Flávia Moreira Guimarães Pessoa (Amatra 20/SE)

Suplente – Luís Eduardo Soares Fontenelle (Amatra 17/ES).

Patrícia Pellegrini

Por Stella Pellegrini

Nossa doce Patrícia nos deixou prematuramente e sua ausência vai imprimir marcas indeléveis na vida daqueles que a amaram e com ela conviveram. Patrícia, com sua doçura, poderia parecer frágil.

Na realidade, foi uma mulher forte, enfrentando com determinação todos os desafios que a vida lhe impôs. Foi uma criança meiga e carinhosa, qualidades que a acompanharam até seu último suspiro.

Aceitava conformada o que lhe coube, inclusive o grande desafio de lutar pela vida durante um ano e sete meses, o que fez com tenacidade e a força da fé. Foi profissional brilhante, trilhando um caminho difícil com responsabilidade e competência.

Suas conquistas são o resultado da dedicação, do amor ao trabalho e do compromisso com os menos favorecidos. Esposa e mãe atenta às necessidades de sua família, nunca descuidou das filhas e do marido. Fez de sua casa um lugar onde se respirava o amor e o respeito.

Era ponderada em suas decisões, sempre orientada por um grande senso de Justiça. Seu jeitinho de ser conquistou filhas e sobrinhos que a erigiram como modelo. Foi filha, irmã, nora e cunhada amorosa e atenta, sempre presente em todos os momentos, acolhendo e cuidando dos seus entes queridos. Para o consolo dos que a amam ficam as palavras de Guimarães Rosa: "O mundo é mágico. As pessoas não morrem, ficam encantadas".



Queridos colegas,

Não vou falar sobre Patrícia porque nada irá superar as linhas escritas por uma mãe emocionada pela perda de uma filha querida.

Mas deixo aqui os versos de Chico Buarque para expressar o que, com certeza, sentimos com a notícia de sua partida tão precoce:

"Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu"

Raquel Maciel

Juíza convocada

Ana Rita Lugon Ramacciotti

Por Raquel Rodrigues Braga

Juíza Titular da 2ª Vara de Duque de Caxias

Respire, ative os poros, pare uns instantes e sinta, com energia, tudo de bom que ela nos transmitiu, mas não vá assim, desprevenido. Há um ritual de preparação, ao menos deve existir uma tentativa por um caminho um pouco menos óbvio, nada preconceituoso e muito, muito inclusivo. Suavidade e doçura serão essenciais.

A primeira vez que a vimos foi inevitável a lembrança da graciosa e linda Betty Boop, personagem de desenho animado criado por Max Fleischer. Com o convívio, e porque a beleza não nos define, outras figuras femininas tornaram-se mais pertinentes. E ela passou a ser nossa Frida Kahlo, Anita Malfatti, Pagu, Elizabeth Bishop e tantas outras, inesquecíveis.

Levou para o Movimento Estudantil as célebres mulheres, altivas, revolucionárias, artísticas e talentosas, sempre produzindo espaço para as referências femininas.

Foi a musa do Jornal anarquista “O Sapo” do CACO – Centro Acadêmico Cândido de Oliveira da Faculdade de Direito da UFRJ, quando Diretora Cultural da entidade.

Pensar no Ministério da Cultura de agora, 2017... O nível estudantil com ela dava de dez (será que daria aquele sorrisinho gostoso ao ouvir isso?).



O varal da poesia erguido pelos corredores da faculdade foi uma iniciativa sua. Sabia que a política, sem poesia, era insuportável. Disse a frase sobre o suicídio de Ana Cristina Cesar: “gente sensível não aguenta”.

Ela, no final dos anos oitenta, na prática, já sabia que não existia homem, espécie, hétero ou homo, mas um ser sexual, e que a variação é permitida ao corpo humano. Parece que a juventude de hoje vivencia essa condição humana com mais naturalidade. E ela, vanguardista, como sempre foi, antecipava para os caretas de então: “Vamos nos permitir!”

Como advogada, em atuação sindical, com os companheiros metalúrgicos, foi a Volta Redonda, em 1988, em solidariedade aos jovens trabalhadores mortos – William, Walmir e Barroso.

Foi a primeira entre nós a ser mãe – “MI-

NHA FILHA!”, como tratava a cria, era expressado de maneira contundente e extremamente carinhosa. Ouvir e saber do amor que se passava. Ela, filha do Seu Lugon, pai de todas nós, a quem agradecemos a sua existência.

Quando ingressou no Judiciário como Juíza do Trabalho, o orgulho e o choque. Que revolucionária o merece? Nada! Transitaria com graça e habilidade por todas as esferas e sentenciaria fazendo valer os princípios protetivos. Pois é, fez diferença.

Foi agraciada com a Medalha Pedro Ernesto pela atuação judicial na defesa dos trabalhadores e da Justiça do Trabalho (hoje sob ataque do Executivo e do Legislativo), em emocionante solenidade, em 2016, por proposta encaminhada pelo deputado estadual Eliomar Coelho e apresentada pelo vereador Paulo Pinheiro.

Batalhou pela vida, com uma resistência sem parâmetro conhecido na medicina, transformando-se em referência para os que desejavam a cura. Telefonemas desesperados em horários inoportunos e, do outro lado, ela: paciência, carinho e sábias orientações. Tornou-se a conselheira, e mirar-se em seu exemplo era uma meta.

Uma característica sua, e que só agora temos maturidade para entender, era politizar o infortúnio. Quando se acidentou gravemente, pelos vinte e poucos anos, passou boa parte do tempo com acidentados. Muitos anos depois, ao se deparar com o câncer, aderiu ao movimento contra ele, conscientizando e espalhando a campanha entre os amigos.

O que era bom também era repartido,

pois, gestante, passou a conviver com um grupo de grávidas. Era próprio dela, além da profunda pesquisa sobre os temas nos livros, procurar o diálogo, o ajuste humano da particularidade dos afetos.

Assim, problemas ou maravilhas que para os demais se tornariam íntimos e individuais, com ela tornavam-se militância, atuação conjunta, rede de afetividade e solidariedade. Um comportamento de extraordinária beleza.

Marcel, que a conheceu em 1989, colega de magistratura, escreveu sobre ela: “uma pessoa que passava uma alegria, uma vontade de viver muito grande. Sempre a invejei por isso. A morte é um inimigo invencível, mas, no caso dela, encontrou um inimigo à altura. Na mitologia nórdica, quem não luta não vai para o Céu (Valhala)”.

Agregando amigos, Marcelo virava Cecé; Rogério, Róger; a filha Rafaela, Rafa; a companheira Andrea, Dedé; a Conceição, Cecê; Cristiane, Cris; Rosane, Rô; a Rosa, Rosinha; Natália, Tatá; Antônia de Fátima, Fafá; e são muitos, muitos. Uma capacidade de fruto da meiguice e do quão agradável era estar ao seu lado.

Um livro maravilhoso, um filme inesquecível, um perfume raro, restaurzinho novo, e o seu convite: “Vamos?”

É, Aninha, não iremos mais, infelizmente, e que vontade danada de irmos...

Saudade, neste momento, tem nome próprio: Ana Rita Lugon Ramacciotti,

PRESENTE!

Christovão Piragibe Tostes Malta

Por Anna Acker

Desembargadora aposentada

Caros Colegas e Amigos,

Perdoem-me pelo atraso com que lhes mando estas linhas que o implacável tempo não me permitiu antes redigir. Mas sei que, se estivesse entre nós, Christovão o compreenderia. Porque era cavalheiro e brincalhão, a ponto de ocultar suas outras grandes qualidades.

Mas, afinal, quem era o colega que nos deixou? Quantos de nós, os Juízes do Trabalho da 1ª Região, tiveram a felicidade de conhecê-lo de perto? Poucos, certamente, porque muitos de seus colegas do concurso de 56 já se foram e já partiram muitos outros de ingresso posterior ao do nosso clã.

Ouso, pois, apresentá-lo aos que com ele pouco ou nada conviveram, mostrando-lhes o que vi e percebi no nosso amigo.

Éramos jovens, então. E ele mais que todos os outros, Benjamim que era do grupo. Mas havíamos decidido a sermos dos primeiros Magistrados do Trabalho admitidos por concurso.

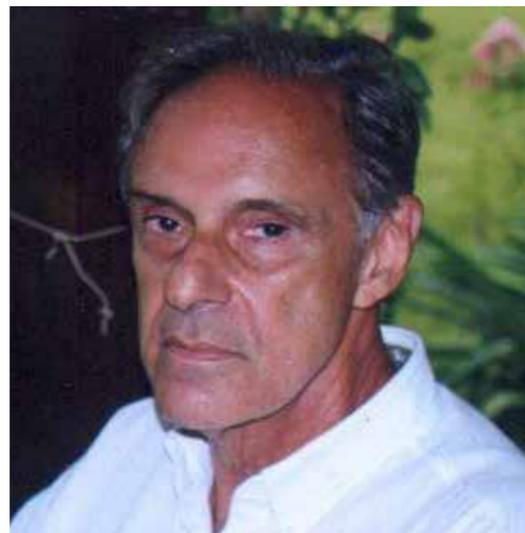
Filho, por linha paterna, do também Magistrado do Trabalho, já no cume da carreira, e neto, por herança materna, de Magistrado do ramo estadual, parecia Christovão nem perceber que o Piragibe da mãe e o Tostes Malta do pai poderiam facilitar-lhe a vida ou abrir-lhe muitas portas. Como tantos outros, que ingressou na advocacia e, com Fiorencio, fez parte do escritório de Mário Borghini. E foi ali que, vendo "O Capital" de Marx entre os livros, indagou do famoso causídico se já o lera. A resposta veio: "Não; comecei apenas a folheá-lo e parei". "Por que?" Insistiu Christovão. Então Borghini, que narrou o episódio a um grupo de candidatos do concurso, confessando ter achado Christovão muito bem-nascido, concluiu: "Porque fiquei com medo de me convencer". A cena não poderia ser mais típica dos dois personagens... Christovão não disse mais nada...

Foi também Borghini que, ante a ideia do Ministro Aldílio Tostes Malta de sugerir a seu filho que se inscrevesse no concurso para funcionário da Justiça do Trabalho, retrucou, espantado, que Christovão deveria era inscrever-se no concurso para Juiz.

Assim, mesmo mais novo que todos nós, Christovão fez o concurso e foi o primeiro classificado. Tornou-se, assim, o primeiro Juiz do Trabalho de carreira, concursado, da 1ª Região e logo alçado de Substituto a Titular, ante a vacância da presidência de diversas das então Juntas.

A seguir, posto que egresso de família de magistrados, e agora também um deles, integrou-se com facilidade ao novo ambiente. Calmo na condução das audiências, brincalhão sempre que possível, tudo lhe parecia fácil e até óbvio. Ao mesmo tempo, dava aulas e escrevia artigos e até livros, dos quais a "Prática do Processo Trabalhista" tornou-se livro de cabeceira dos estudiosos da matéria.

Por outro lado, vi-o, eu mesma, enfrentar ironicamente, o Presidente Pires Chaves que pretendia impor aos Juízes



de primeiro grau, em reunião, seu próprio entendimento em matéria processual. Disse apenas: "Cesar, podemos até fazer o que você quer, mas que é uma tolice, é".

Era, porém, capaz, ao mesmo tempo, de interromper sua audiência para "cobrir" um colega que se atrasara, para que as partes não ficassem esperando, ante acordos a homologar e questões simples a decidir.

Todos gostavam daquele Juiz, todos gostavam daquela pessoa.

Em família, foi também assim. Desfez sem alarde seu primeiro casamento, do qual nascera Cynthia e refez sua vida, num segundo e feliz enlace, com Silvana que lhe deu um casal de filhos, Rodrigo e Cristiane.

Primeiro no concurso, foi também, do grupo, o que primeiro chegou e, por merecimento, ao Tribunal. Gaiatamente, explicou sua ascensão dizendo que "... podia até ter certo mérito, mas tudo se deveria muito mais à ajuda recebida que ao seu próprio valor". Era incorrigível!

No Tribunal, mesmo brilhante, ficou pouco tempo, muito menos do que se esperaria. Voltou, logo que se pode aposentar, às lides forenses da advocacia. Associando-se ao escritório de seu primo, Fernando Piragibe, formou com ele, e depois só, um ninho de talentos, alimentando com seu saber e sua boa-vontade, os jovens advogados que integraram a equipe. Dalí saíram juízes, ainda hoje em exercício, e vários causídicos de valor. Não posso esquecer o bem que fez ele a meu filho André, que Fernando acolhera e que com Christovão prosseguiu por anos e anos como advogado associado. Era sabido ainda que estimulava os jovens colegas a escrever opúsculos sobre a matéria trabalhista, que assinava como co-autor para valorizar o esforço dos iniciantes.

E foi assim, no escritório, que continuou a enriquecer a prática e a teoria do Direito do Trabalho, tendo tido a alegria de ver ali, trabalhando a seu lado, os filhos Rodrigo e Cristiane, esta, logo depois integrante do corpo jurídico da Petrobrás.

Com o tempo, vieram-lhe netos e até bisnetos. E se foi... Mas seus descendentes lhe assegurarão a eternidade, que Ferreira de Castro, grande autor português - ou luso-brasileiro - viu com a descendência realizar-se. Que viva, pois, na eternidade, esse facho de luz que para nossos olhos se extinguiu.



Acesse:
www.amatra1.com.br

Avenida Presidente Wilson, 228 - 7º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 2240-3488